



GT 32. Em busca do bem viver: maternidade e protagonismo político das mães entre povos tradicionais

Coordenador(es):

Ediviges Marta Ioris (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Mônica Thereza Soares Pechincha (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Apesar de fundamentais na organização social, na obtenção e preparo dos meios de sustento e bem viver da família, ou nos processos de mobilização e luta por reconhecimento e direitos entre os povos tradicionais, as “mães” constituem uma categoria pouco problematizada em termos de posição ou protagonismo político. Embora os avanços etnológicos na abordagem sobre maternidade, outrora recolhida à esfera do “doméstico” e seus ofícios, o papel político que as mães desempenham ainda é matéria inicial de pesquisa, apesar do registro cada vez maior de mulheres indígenas e quilombolas, e de outros setores do campesinato, destacando-se na luta por direitos e para assegurar condições de vida aos filho/as, sobretudo na saúde e educação. Nelas, evidencia-se a condição de maternidade como propulsora de enfrentamentos em espaços públicos, além de modos de resistência cultural, nos quais os/as filhos/as representam possibilidades de reprodução de um modo particular de vida. Este GT objetiva uma reflexão sobre o papel político das “mães” na organização dos povos tradicionais e frente aos seus processos de luta por direitos e acesso a serviços e políticas públicas, e que permita, simultaneamente, problematizar o entendimento da noção de “mãe” junto a estes povos. Assim, serão bem-vindas contribuições que abordem processos nos quais “mães” indígenas, quilombolas, ou de outros pertencimentos étnicos, encontram-se mobilizadas em vários modos de luta para assegurar o bem viver de seus familiares.

Mulher indígena, mãe, estudante e liderança: as mulheres mães indígenas estudantes na Universidade Federal de Rondônia

Autoria: Giclee Sucupira Fernandes (UNIR - Fundação Universidade Federal de Rondônia), Sueli Oro Mon Gilmar Camila Araújo Puruborá Rozilene Magipo dos Santos Sakurabiat

Este work foi realizado com mulheres estudantes indígenas e tem como objetivo analisar a presença e a atuação das mães indígenas estudantes da Universidade Federal de Rondônia a partir de documentos como atas, cartas, abaixo-assinados e entrevistas. O protagonismo das mulheres mães indígenas em Rondônia têm sido evidente nas reivindicações atuais no estado, principalmente, as manifestações contrárias à mineração, à grilagem, ao desmatamento e por uma saúde e educação diferenciadas. As reivindicações dessas mulheres estão dentro e fora da Universidade em Rondônia, na participação de coletivos indígenas, na organização de eventos, na busca pelo atendimento diferenciado nas instituições de educação e saúde, nas Associações, como a Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia (AGIR), onde atuam inúmeras estudantes. Muitas dessas mulheres são as primeiras a ingressarem no ensino superior e passam a ter um papel fundamental no movimento indígena, pelo fato de conseguirem transitar entre o mundo indígena e o mundo não indígena, como ter o domínio do português, sua escrita e leitura. São as mulheres indígenas mães e estudantes que têm mostrado, por exemplo, como a universidade não está preparada para acolher as mulheres que são mães ou tornam-se mães durante o processo de escolarização, sejam elas indígenas ou não, e tampouco está preparada para acolher os povos indígenas, que raramente andam sós, ou seja, migram para a cidade com suas famílias, mesmo que temporariamente. São elas que também têm evidenciado como atendimento especial efetivo no período de licença maternidade, os espaços para lactantes, trocadores, assim como a flexibilização dos períodos de práticas de resguardo e outras demandas já expostas por outras mulheres



universitárias ainda não é algo concreto na universidade, no curso intercultural ou qualquer outro curso. Para estudar, muitas desenvolvem redes de apoio entre si para que consigam ser mães, estudantes e lideranças.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: